

ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

DISCURSO DE INCORPORACIÓN

**COMO DOUTOR HONORIS CAUSA DA
UNIVERSIDADE DE VALLADOLID**

**Proferido no
Paraninfo da UVA
5 de Julho de 2018**

Magnífico Reitor da Universidade de Valladolid

Ilustres Membros do Conselho de Governo
da Universidade de Valladolid

Senhor Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Valladolid

Senhor Doutor Marcos Sacristán Repesa, meu Padrinho nesta cerimónia

Senhor Diretor da Faculdade de Direito de Coimbra,
também em representação do Magnífico Reitor da Universidade de
Coimbra

Sapientísimos Doutores, Caros Colegas

Membros da Comunidade Académica

Queridas Amigas e Queridos Amigos

1. A liturgia desta cerimónia obriga-me a fazer uma breve e elegante oração. Sabendo não estar a elegância ao meu alcance, resta-me tentar ser breve, embora receie que, também neste aspeto, possa ficar aquém do esperado.

Gostaria de poder falar-vos na língua de Cervantes, de D. Miguel de Unamuno e de Antonio Machado. Incapaz de o fazer corretamente, espero que os cânones recomendem que o novo Doutor se dirija ao Claustro na sua própria língua. Vindo do mar, falarei em português (a língua de Camões, de Fernando Pessoa e de Saramago), porque “o mar fala português” (José Gomes Ferreira) e porque “da nossa língua vê-se o mar.” (Virgílio Ferreira)

A minha primeira palavra é para saudar o Magnífico Reitor da Universidade de Valladolid, Doutor Antonio Largo Cabrerizo, incluindo nesta saudação todos os Colegas da Universidade de Valladolid.

A segunda palavra é para saudar o meu ilustre Padrinho, Doutor Marcos Sacristán, que conheci quando ele era Reitor da Universidade de Burgos e que foi, não há muito, Reitor desta Universidade. Bem hajam, meu Caro Marcos, por teres tido a coragem de aceitar ser meu fiador perante este Colégio Universitário e pela generosidade do que aqui disseste hoje a meu respeito.

Na sua pessoa saúdo todos os Colegas da Faculdade de Direito de Valladolid, que tiveram a iniciativa de propor me fosse concedida tão elevada distinção.

Saúdo com alegria os Colegas que vieram da Universidade de Coimbra confortar-me com a sua presença amiga. Eles compreendem que eu destaque o Doutor Rui de Figueiredo Marcos, Diretor da Faculdade de

Direito de Coimbra, que fez questão de me acompanhar nesta cerimónia, por razões institucionais e por razões pessoais. E o Doutor Fernando Seabra Santos, Reitor da Universidade de Coimbra entre 2003 e 2011, com o qual trabalhei, como Vice-Reitor, durante sete anos, até à minha jubilação.

Saúdo com *fraternura* (palavra lindíssima que, em ocasiões como esta, peço muitas vezes emprestada a João Guimarães Rosa) os Colegas que vieram do Brasil, entre os quais destaco o Doutor Fernando Scaff, Professor Titular da FD/USP, e a Doutora Maria Luiza Feitosa, que se doutorou em Coimbra e é Professora Titular da FD/UFPB e Vice-Reitora desta Universidade.

Uma palavra especial de agradecimento é devida ao Reitor Daniel Miguel San José e a todos os Membros do Conselho de Governo desta Universidade, que, em 20 de dezembro passado, aprovaram, em última instância, a concessão deste título de Doutor *Honoris Causa*.

Uma palavra muito afetuosa para os meus familiares e os meus Amigos aqui presentes. Bem hajam todos.

2. – Os ‘Livros do Destino’ não previam que tirasse um curso universitário um menino que nasceu perto da raia de Espanha, neto de um pastor e de um moleiro (que morreram tão analfabetos como nasceram) e filho de um alfaiate e de uma costureira. Muito menos cabia na sua lógica que esse menino, oriundo do povo que “não cabe nas crónicas” (Miguel Torga), chegasse a professor da Universidade.

Mas a vida, tantas vezes madrasta, é também suficientemente pródiga para nos proporcionar momentos que vão muito além dos nossos planos e até dos nossos sonhos. Nunca fui pessoa de fazer planos para a minha vida e muito menos me atrevi a dar asas aos sonhos. Os meus êxitos são mérito dos meus pais e dos meus professores, que recordo, comovidamente, com todo o carinho e com todo o respeito.

Creio que o único projeto pessoal a que dei importância ao longo da minha foi o de fazer Amigos e de cultivar e honrar a amizade. Os Amigos são a única riqueza que acumulei durante os anos que já levo de vida. Feito o balanço (já estou em idade disso...), concluo que sou um homem rico. Aos meus Amigos da Faculdade de Direito da Universidade de Valladolid devo a honra de estar aqui hoje a receber este título, ultrapassando tudo o que eu poderia ter sonhado.

Como sempre fazem os Amigos, eles valorizaram os meus escassos méritos e esqueceram os meus deméritos. Foi isto mesmo que acabou de fazer também, perante vós, com a generosidade sem limite que todos lhe conhecemos, o meu Padrinho nesta cerimónia. Ninguém esperará, porém, que eu os censure por isso. Seria falta de educação e seria uma enorme ingratidão da minha parte, e eu considero-me uma pessoa bem educada e que sabe ser grata.

Um dos personagens de Saramago diz a certa altura: “conheces o nome que te deram, não conheces o nome que tens.” Por outras palavras: cada um de nós conhece o nome que lhe deram os pais, mas não conhece a ideia que outros fazem de nós (o nome que temos). O vosso gesto, meus Amigos, traduz a ideia que fazeis de mim, o nome que tenho perante vós.

Para um universitário, a recompensa maior é o reconhecimento dos seus Colegas. E eu recebi, da vossa parte, a mais alta distinção que uma Universidade pode conceder. Sabendo bem que a Universidade de Valladolid, pela sua História centenária e pelos méritos do presente, é uma Universidade justamente prestigiada, senti-me, por isso, muito honrado por me terdes oferecido, *por Causa de Honor*, um lugar no Claustro dos Doutores da vossa Universidade. Devo confessar, porém, que fiquei também assustado (por temer não estar à altura do nome que tenho perante vós) e, sobretudo, muito carregado com as minhas responsabilidades acrescidas como universitário, receando não ter capacidades nem forças para as assumir

plenamente. Resta-me garantir-vos que tudo farei para estar à altura do estatuto que me conferistes.

3. – Felizmente, não me compete falar de mim neste *Discurso de Incorporação* no Claustro da Universidade de Valladolid.

Direi apenas que fui criado num “tempo carcerário” (Orlando de Carvalho), num “tempo de medo e de mordaza, (...) tempo de traição” (Sophia de Mello Breyner), quando a Pátria era “lugar de exílio” (Daniel Filipe).

Bem consciente de que nós somos as escolhas que fazemos, fiz as minhas escolhas e sinto-me confortável com elas. Como estudante, lutei pela *liberdade de aprender*; como professor, nunca abdiquei da *liberdade de ensinar*. Apesar dos obstáculos não académicos que tive de enfrentar para iniciar e para prosseguir a minha carreira universitária, senti-me feliz quando cheguei ao topo da carreira com a consciência de que não tinha feito cedências no que toca aos meus princípios e aos meus valores.

Devo reconhecer que isto foi possível porque a Faculdade de Direito de Coimbra se assumiu de há muito como *Casa de Cultura* e *Casa de Liberdade*, aberta a todas as correntes de pensamento.

4. – Perdoem-me a vaidade de pensar – e não é pequena vaidade! – que esta homenagem à minha pessoa é também uma homenagem à Faculdade de Direito de Coimbra, onde me formei e na qual ensinei durante mais de 40 anos.

E permitam-me que aqui deixe um desafio aos responsáveis pelas minhas duas Faculdades de Direito: o de trabalharmos todos para fortalecer cada vez mais as relações académicas e científicas entre as nossas instituições.

Trata-se apenas de renovar a mobilidade de professores e estudantes que em tempos caracterizou a vida das universidades da Península, nomeadamente as Universidades de Salamanca e de Valladolid e a Universidade de Coimbra.

Um exemplo apenas: o grande filósofo, teólogo e jurista Francisco Suárez estudou Direito em Salamanca; doutorou-se na Universidade de Évora; foi Professor em Valladolid entre 1576 e 1580, e foi Professor da Universidade de Coimbra, entre 1597 e 1615 (ano da sua jubilação).

O propósito que me anima não se liga a uma qualquer ideia de dominarmos o mundo em conjunto. Trata-se apenas do desejo de juntar as capacidades e as vontades das nossas duas Universidades para que possamos ajudar os nossos povos a colocar-se de novo nos lugares cimeiros do conhecimento científico, porque este é o caminho do desenvolvimento dos povos e da libertação do homem.

5. – Se não me engano, foi o domínio dos conhecimentos científicos mais avançados daquele tempo (na astronomia, na cartografia, no conhecimento dos ventos e das marés, na construção naval, na arte de navegar e também nas ‘artes’ da guerra) que permitiu a portugueses e espanhóis *darem novos mundos ao mundo* (como escreveu o nosso Camões), e ajudando o homem a colocar-se, de algum modo, no lugar de deus, deixando de ver-se como simples *viator mundi* para se assumir como *faber mundi*.

Foi aqui bem perto, em Tordesilhas, que, em 7 de junho de 1494, D. João I e os Reis Católicos assinaram, “em nome de Deus Todo Poderoso”, o Tratado que dividiu o mundo entre os nossos países.

Em 1488, Bartolomeu Dias dobrou o Cabo das Tormentas; em 1492, Cristóvão Colombo chegou à América; em 1498, Vasco da Gama abriu o caminho marítimo para a Índia; em 1500, Pedro Álvares Cabral aportou em

Terras de Vera Cruz (as terras do pau brasil); em agosto de 1519, Fernão de Magalhães partiu de Sevilha para provar que a terra era redonda, ao atravessar, em novembro de 1520, o estreito do sul do continente americano que tem o seu nome (Estreito de Magalhães).

Lisboa e Cádiz substituíram as cidades italianas como centros comerciais da Europa imperial. E Lisboa foi, no século XVI, uma capital cosmopolita da primeira era da globalização.

Na Espanha, o *Siglo de Oro* estendeu-se de 1500 a 1650, com uma plêiade de nomes de repercussão mundial: Lope de Vega, Calderón de la Barca, Cervantes, Frei Luís de León, Velásquez, Francisco de Vitoria, Juan de Mariana, Luís de Medina, Francisco Suárez.

Portugal tinha então cerca de 1,5 milhões de habitantes, e talvez tenhamos dado um passo maior que a perna. Como anotava o poeta Sá de Miranda, o reino despovoou-se, “ao cheiro desta canela.” De todo o modo, este ciclo de glória encerrou-se, para Portugal, em certa medida, em 1580, quando Filipe II de Espanha se tornou também Rei de Portugal.

Deixem-me sublinhar, no entanto, que foi neste período que a Universidade de Coimbra atingiu um dos pontos mais altos da sua História. Com efeito, em 1560, o *Colégio das Artes de Coimbra* foi encarregado, dado o prestígio dos seus professores, de redigir um manual destinado a ser adotado em todas as instituições de ensino a cargo dos Jesuítas. Esta a origem do famosíssimo *Cursus Philosophicus Conimbricensis* (publicado entre 1592 e 1606, com centenas de edições posteriores), que abrangia grande parte do conhecimento filosófico da época e viria a ser adotado em toda a Europa, na China (foi traduzido para mandarim), na Índia, no Japão, no Brasil e em toda a América Latina. Por ele estudaram autores tão importantes na história do pensamento europeu como Descartes, Espinosa, John Locke, Leibniz e Hobbes, sendo considerado, até meados do séc. XIX, uma obra de

referência, ainda como tal citado por Karl Marx na dissertação de doutoramento que defendeu em Jena em 1839.

Como disse há pouco, foi também neste período que ensinou em Coimbra o Doutor Exímio Francisco Suárez, justamente considerado um dos nomes maiores da chamada “Escola de Coimbra”, onde escreveu algumas das suas obras mais importantes.

Em *Defensio Fidei Catholicae* (obra encomendada pelo Papa Paulo V e publicada em 1613), o Mestre de Coimbra contestou a teoria da origem divina do poder real, antecipando, de algum modo, a teoria do *contrato social* de Rousseau, defendendo que o soberano é o povo, sendo os governantes meros delegados do povo soberano, que tem o direito de substituir os governantes que não respeitam o mandato popular.

Mas o seu *De Legibus* (publicado em Coimbra em 1612) foi talvez ainda mais importante, sendo por muitos considerado a pedra angular do moderno Direito Internacional, graças à influência que exerceu em autores como Grotius, Descartes, Leibniz e Pufendorf.

6. – As viagens atlânticas de portugueses e espanhóis, a partir do século XV, fizeram de nós os responsáveis pela *primeira onda de globalização*. O desenvolvimento científico e tecnológico tornou o mundo mais pequeno, alargou as fronteiras do trânsito de pessoas e do comércio de mercadorias, e a mundialização do comércio revolucionou a vida na Europa e no mundo.

As vítimas desta *primeira onda de globalização* foram os povos colonizados, que sofreram a pilhagem das suas riquezas, o tráfico de escravos, a destruição das suas culturas, o genocídio em massa.

Ninguém defende, porém, que estes últimos episódios foram a *consequência inevitável* do desenvolvimento da ciência e da tecnologia que

permitiu dar “novos mundos ao mundo” e mostrar que a terra é redonda, com a dimensão que hoje conhecemos.

7. – Uma *segunda onda de globalização* acompanhou a ‘segunda revolução industrial’ no último quartel do século XIX.

Também nesta altura, foi uma nova revolução científica e tecnológica que facilitou os transportes, desenvolveu as comunicações, encurtou as distâncias, facilitou a mobilidade de pessoas e bens, dilatou os mercados, unificou o mercado mundial, proporcionando o impulso da *mundialização* e da *globalização*.

Foi a revolução inerente à descoberta da eletricidade e do petróleo como novas fontes de energia (rapidamente aplicadas na indústria e nos transportes); foi a revolução nos transportes (o motor elétrico, as locomotivas elétricas e os carros elétricos; o motor de combustão interna, o automóvel e o motor diesel); foi o desenvolvimento de novas indústrias (química, alumínio, aparelhos elétricos, automóvel); foi o período da descoberta da técnica do frio, que revolucionou o transporte de bens perecíveis, dando início a uma nova época do comércio internacional e abrindo um novo campo para a exploração económica dos territórios ‘ocupados’ pelas grandes potências (nomeadamente países da América Latina); foi o período do incremento da navegação a vapor.

Foi o período em que o Canal de Kiel ligou o Mar Báltico ao Mar do Norte; o Canal do Suez ligou o Mediterrâneo ao Índico; o Canal do Panamá ligou o Atlântico e o Pacífico; a abertura dos túneis nos Alpes (Brenner, Mont-Cenis e Saint-Gothard em 1881), permitiu uma verdadeira rede europeia de caminhos de ferro; nos EUA, a via férrea ligou a costa atlântica à costa do Pacífico; na Rússia, o transcaspiano chegou a Tashkent e o transiberiano chegou a Vladivostoque.

Por esta altura, a máquina de escrever moderna revolucionou os escritórios; a descoberta do linotipo permitiu a ilustração de livros e revistas através da reprodução de fotografias; Louis Lumière projetou em Paris o primeiro filme com o seu cinematógrafo; generalizou-se o uso da franquia postal e do selo adesivo, que revolucionaram os serviços postais; fundou-se a primeira agência de notícias (a *Reuter*); ligou-se por cabo submarino a Inglaterra e o Novo Mundo; o telégrafo elétrico passou a ligar praticamente o mundo inteiro; inventou-se o telefone e o sistema Marconi de telegrafia sem fios; o desenvolvimento das comunicações exigiu novas formas de standardização e de coordenação internacional (em 1865, foi criada a *União Telegráfica Internacional*; em 1875 constituiu-se a *União Postal Internacional*; em 1878, foi a vez da *Organização Meteorológica Internacional*, três organismos que ainda hoje existem).

A *concentração* e a *centralização* do capital então registada (potenciada pela entrada em cena do *capital financeiro*) conduziu à *monopolização do capital*, e esta à *exportação de capitais privados* (a *internacionalização do capital*, de que falou Nikolai Bukarine), à *corrida às colónias* e à *partilha dos territórios coloniais* entre as grandes potências, num processo em que os *estados nacionais capitalistas* desempenharam um papel central.

Ultrapassado o período em que Bentham publicou o célebre panfleto “Emancipai as vossas colónias”! (1793), as potências europeias empenharam-se numa grande campanha ideológica para apresentar o imperialismo como uma espécie de ‘desígnio nacional’, capaz de resolver os problemas sociais das metrópoles e de reduzir a tensão entre as classes sociais, com base na diminuição do custo de vida resultante dos alimentos baratos vindos dos territórios coloniais e no alargamento dos mercados externos (que multiplicaria o emprego e aumentaria os salários). Cecil Rhodes defendeu abertamente que “o Império é uma questão de pão com

manteiga. Se quiserem evitar a guerra civil, têm de tornar-se imperialistas.” Este ‘discurso’ tocou uma boa parte das classes médias e até alguns setores da ‘aristocracia operária’, mas não convenceu o movimento sindical britânico.

O processo de partilha dos territórios colonizados entre as grandes potências capitalistas – que teve na célebre *Conferência de Berlim* (1884/1885) o momento mais simbólico – traduziu-se na passagem do capitalismo a uma nova fase, a fase do *imperialismo*, estudada por vários autores, entre os quais Lenine.

Neste período, o mundo ficou mais pequeno e o capitalismo consolidou-se como sistema dominante à escala mundial (a taxa média de crescimento do produto à escala mundial quase triplicou entre 1820 e 1870). Mas as crises cíclicas tornaram-se mais frequentes e mais agudas, e passaram também a ser *crises mundiais*: o colapso da banca nova-iorquina em 1857 desencadeou a primeira grande crise do capitalismo à escala mundial; a crise que se arrastou durante os anos 1873-1896 foi a primeira *Grande Depressão* das economias capitalistas.

O capitalismo surgiu como a “civilização da desigualdade”: desigualdade entre as pessoas (entre as classes sociais: “a nossa rainha – escreveu o Primeiro-Ministro britânico Benjamin Disraëli em 1845 – reina sobre duas nações, (...) tão diferentes uma da outra como se morassem em planetas diferentes”); mas também desigualdade entre países (cálculos de vários autores, nomeadamente de Paul Bairoch, indicam que, em 1750, o rendimento por habitante, em dólares e a preços de 1960, rondaria os US\$ 182 para os atuais países ‘desenvolvidos’ e os US\$ 188 para os atuais países ‘subdesenvolvidos’).

E esta desigualdade foi-se vindo acentuando com o decurso do tempo. A *segunda onda de globalização* deu um grande contributo neste sentido: foi então que se começou a cavar o fosso que hoje separa os países ditos

desenvolvidos dos países ditos subdesenvolvidos, o que obriga a equacionar a relação entre o ‘subdesenvolvimento’ e a colonização, processo indissociável do próprio desenvolvimento do capitalismo.

8. – A *corrida às colónias* e o *recrudescimento do colonialismo* arrastaram consigo o início da *exploração económica sistemática* dos territórios colonizados, marcando profundamente a História contemporânea.

No imediato, o *recrudescimento da colonização* traduziu-se na *exploração económica sistemática das colónias, integradas à força, como economias dominadas, nas teias do mercado mundial unificado, subordinadas à lógica da acumulação do capital à escala mundial.*

Com efeito, o regime colonial e a *exploração económica das colónias, a internacionalização do capital e a unificação do mercado mundial* trouxeram consigo uma *divisão do trabalho à escala mundial* que fez dos países dominados produtores e exportadores de bens primários (produtos minerais, alimentos ou matérias-primas de origem agrícola), muitas vezes em regime de *monocultura*. E esta degrada os solos, reduz a produção de géneros alimentares e torna os países produtores inteiramente dependentes do mercado de um único produto, às vezes monopsonizado pelo país dominante.

Por outro lado, os países primário-exportadores ficam reduzidos à posição de consumidores de produtos manufacturados produzidos pelas empresas das metrópoles, objetivo que acarretou a liquidação das indústrias existentes em algumas das regiões colonizadas (o exemplo da indústria têxtil na Índia é o mais flagrante).

Os povos colonizados foram as grandes vítimas destas duas ondas de mundialização e globalização, pagando, com a sua *colonização*, a sua *dependência* (que se manteve mesmo depois de atingirem formalmente a

independência no plano político), o seu *desenvolvimento impedido* (ou *desenvolvimento perverso*), uma parte importante dos custos do desenvolvimento das potências capitalistas e da sua ‘sociedade da abundância’.

Em outro plano e a médio prazo, a luta de interesses entre as potências capitalistas (que a *corrida às colónias* pôs a nu), acabou por conduzir o mundo às duas guerras mundiais, que marcaram dramaticamente o século XX.

Ninguém pretenderá, no entanto, que a *corrida às colónias*, a emergência do *imperialismo* e a agudização dos *conflitos inter-imperialistas* foram a *consequência incontornável* do desenvolvimento científico e tecnológico então verificado.

9. – Vivemos hoje a *terceira onda de globalização*.

Como nas épocas anteriores, a presente fase da globalização foi possível graças à revolução científica e tecnológica, operada sobretudo nos sistemas de transporte, nas tecnologias da informação, nas telecomunicações, na robótica, a qual permitiu obter informação e atuar com base nela, em tempo real, em qualquer parte do planeta, a partir de qualquer ponto do planeta, tornando possível controlar, a partir do ‘centro’, uma estrutura produtiva dispersa por várias regiões do mundo.

A chamada *globalização* é um fenómeno complexo, que se apresenta sob múltiplos aspetos (de ordem filosófica, ideológica e cultural), mas que tem no terreno da economia a chave da sua compreensão e a área estratégica da sua projeção.

Segundo alguns, a globalização dos nossos dias caracteriza-se essencialmente pelo *domínio do capital financeiro sobre o capital produtivo*.

Na *General Theory*, Keynes já chamava a atenção para os perigos de uma situação deste tipo.

Entendendo que “o capitalismo privado está em declínio como meio de resolver o problema económico”, defendeu a necessidade de “muito mais planeamento central do que o que temos presentemente.”

Comparando as bolsas a casinos (nomeadamente a Bolsa de Nova York, dado o peso das atividades puramente especulativas nela desenvolvidas), propôs uma forte tributação dos ganhos das transações bolsistas, a par de uma política de juros baixos que provocasse a *eutanásia dos rendistas*. Defendeu, sobretudo, *uma certa coordenação pelo estado do aforro e do investimento de toda a comunidade*, porque estas questões “não devem ser deixadas inteiramente à mercê de juízos privados e dos lucros privados.” E defendeu mesmo “uma certa socialização do investimento.”

No início da década de 1970, as chamadas *crises do petróleo*, trouxeram algumas ‘novidades’:

- a Administração Nixon rompeu unilateralmente os Acordos de Bretton Woods, deixando de assegurar a conversão do dólar em ouro a uma paridade fixa (as taxas de câmbio passaram a ser fixadas no ‘mercado livre’);

- surgiu o *paradoxo da estagflação* (num capitalismo fortemente monopolizado, a inflação coexistia com a estagnação económica e mesmo com a depressão e o aumento do desemprego);

- tornou-se visível, nas economias desenvolvidas, a *tendência para a baixa da taxa média de lucro*.

O capitalismo dominante reagiu com uma nova estratégia, cujas primeiras manifestações foram o *thatcherismo* no Reino Unido (1979) e a *reaganomics* nos EUA (1980).

O *neoliberalismo* passou a ser a base teórica das políticas tendentes a “restabelecer a percentagem de rendimentos da classe capitalista ao nível do período anterior à guerra”, com o objetivo de contrariar a referida *tendência*

para a baixa da taxa média de lucro. E as escolhas políticas são claras (acompanho Wolfgang Streeck): “Por volta de 1979, começou em todas as democracias ocidentais uma marginalização mais ou menos agressiva dos sindicatos. Paralelamente, iniciaram-se reformas dos mercados de trabalho e dos sistemas de segurança social a nível mundial. (...) Estas reformas conduziram (...) a uma profunda revisão do estado providência (...), incluindo a diminuição dos direitos à proteção contra o despedimento, a divisão dos mercados de trabalho em áreas nucleares e marginais, com direitos de proteção diferentes, a permissão e promoção de emprego mal remunerado, a aceitação de uma elevada taxa de desemprego estrutural, a privatização de serviços públicos, a redução da função pública, assim como a descentralização e, onde possível, a exclusão dos sindicatos do processo de formação dos salários.”

Entretanto, era posta de lado a regulação do setor financeiro instituída na sequência da *Grande Depressão* e a desregulação da atividade bancária, da atividade seguradora e das atividades que decorrem nos mercados de valores mobiliários abriu as portas ao *capitalismo de casino* (Susan Strange), o “sistema puro e gigantesco de especulação e de jogo” de que já falara Marx.

10. – O *processo de globalização financeira* assume uma importância fundamental no quadro da globalização atual, traduzindo-se, *grosso modo*, na criação de um *mercado único de capitais* à escala mundial, no seio do qual rege o *princípio da liberdade absoluta de circulação de capitais* (a mãe de todas as *liberdades do capital*), imposto pelo FMI, no cumprimento de decisões do chamado G7.

Esta ‘liberdade’ tem permitido uma enorme aceleração da mobilidade geográfica dos capitais, facilitando a ação predadora dos *grandes conglomerados financeiros* que jogam na especulação e colocando muitos países situados na ‘reserva de caça’ dos especuladores à mercê da chantagem

da retirada dos capitais para países mais atrativos. Vários destes países já nem ousam tributar os rendimentos do capital.

Segundo os cânones do liberalismo, este *mercado livre dos capitais* deveria ter melhorado a eficiência do sistema financeiro, com a consequente redução dos custos do financiamento e a distribuição mais equilibrada e mais racional (mais eficiente) do capital entre os vários países e os vários setores de atividade, promovendo um crescimento mais igual e mais harmonioso da economia mundial.

Como era de esperar, porém, a realidade não corresponde ao modelo.

O setor financeiro apresenta-se divorciado da economia real e da vida das pessoas comuns; o montante das transações financeiras internacionais é dezenas de vezes superior ao valor do comércio mundial; os *mercados de futuros* mobilizam recursos financeiros equivalentes a oito vezes o PIB mundial anual; milhões e milhões de dólares circulam diariamente no ‘mercado cambial único’ em busca de lucro fácil e imediato, sem qualquer relação com a atividade produtiva ou o comércio.

Nas últimas quatro décadas, as chamadas ‘forças do mercado’ têm dominado toda a área financeira, sobrepondo-se, nomeadamente, às políticas nacionais de emissão de moeda, de regulação das taxas de juro e das taxas de câmbio. O resultado está à vista: enorme incremento da especulação; grande instabilidade das taxas de juro e das taxas de câmbio; turbulência nas bolsas de valores e nos mercados de câmbios; agravamento dos custos de funcionamento da economia; crises recorrentes nas economias de vários países.

A aceleração do *processo de inovação financeira* tem acentuado os perigos referidos, nomeadamente graças ao desenvolvimento dos mercados de *produtos financeiros derivados, produtos virtuais* cuja criação livre foi promovida e estimulada pela legislação que desregulou o sistema financeiro, multiplicando o *capital fictício* e alimentando a *especulação*, que facilitou a

apropriação, pelo capital financeiro, de uma parte significativa da riqueza criada pela *economia real*.

Criados como instrumentos de gestão dos riscos inerentes à instabilidade das taxas de juro e das taxas de câmbio, estes novos ‘produtos financeiros’, dada a pequena percentagem do capital investido em relação aos ganhos possíveis, tornaram-se rapidamente o objeto preferido da atividade especulativa profissional desenvolvida pelo setor financeiro. A consciência disto mesmo é que dá sentido à tese dos que entendem que tais ‘produtos’ se transformaram em “armas de destruição maciça”, porque a especulação se estende às fontes de energia, às matérias-primas, aos alimentos, revelando-se, afinal, uma *especulação com a vida de milhões de pessoas*. Acertou em cheio Jacques Chirac quando, em outubro/1995, depois de resolvida “a primeira grande crise dos mercados globalizados” (Michel Camdessus, então Diretor-Geral do FMI), que teve como protagonista o peso mexicano, veio a público proclamar que os especuladores são “a sida da economia mundial.”

Para além dos riscos inerentes à proliferação dos produtos derivados, a liberalização dos movimentos de capitais, ao serviço do objetivo de criar um *mercado único de capitais à escala mundial*, arrastou consigo um conjunto de alterações que vieram potenciar fortemente a ameaça de *risco sistémico*.

Com efeito, a internacionalização dos mercados de valores imobiliários veio colocar em rede mercados muito diferentes, cada um com as suas regras de funcionamento e os seus riscos específicos, abrindo caminho à propagação contagiosa dos fatores de risco.

Por outro lado, a ausência de controlo dos mercados financeiros e dos movimentos de capital pelos estados nacionais provocou uma onda sem precedentes de concentrações, de fusões e de aquisições de empresas financeiras, dando origem ao desenvolvimento de poderosos *conglomerados*

financeiros. E este fenómeno tornou mais complexas e difíceis a regulação e a supervisão de cada um dos setores de atividade financeira, ao mesmo tempo que facilitou o contágio dos riscos entre os vários componentes do mesmo grupo, propiciando a convergência e a acumulação do risco em um núcleo mais restrito de centros de decisão, agravando o *risco sistémico*, o *risco global* de desmoronamento do sistema financeiro à escala mundial.

8. – Neste mundo de comércio livre de barreiras físicas ou legais pretende-se que circulem livremente todo o tipo de bens (matérias-primas, semi-produtos e produtos acabados da indústria e da agricultura), serviços (incluindo os chamados “produtos financeiros”), capitais e tecnologia. Mas esta liberdade já não se aplica aos trabalhadores. Quanto a estes, os grandes centros imperiais procuram barricar-se nas suas fortalezas armadas, para evitar uma nova ‘invasão dos bárbaros’. Parafraseando Galileu, diremos que, no entanto, as pessoas movem-se: estudos da ONU estimam que cerca de 160 milhões de pessoas se desloquem do Sul para o Norte até 2025.

Esta última *onda de globalização* do capitalismo trouxe consigo um elemento novo, que não existia em 1916, quando Lenine publicou o famoso ensaio sobre *O Imperialismo*. Refiro-me à *mundialização do mercado da força de trabalho*, que colocou em concorrência trabalhadores de diferentes partes do mundo, com diferentes histórias coletivas, com muito diferentes níveis e expectativas de vida e muito diferentes condições para enfrentar a sua situação como classe explorada. Este mercado mundial proporcionou ao grande capital um enorme *exército de reserva de mão-de-obra*, que constitui um estímulo poderoso à *deslocalização de empresas*, em busca de mão-de-obra mais barata e sem direitos (no quadro da UE, o alargamento aos países da Europa central e de leste atuou no mesmo sentido) e alterou a correlação de forças, à escala mundial, em sentido contrário aos interesses e aos direitos dos trabalhadores.

Os neoliberais de todos os matizes convenceram-se, mais uma vez, de que o capitalismo tinha garantida a eternidade. A vitória da “contra-revolução monetarista” abriu o caminho ao reino do *deus-mercado*, esquecendo deliberadamente que o mercado não é um *mecanismo natural*, mas um *produto histórico*, uma *instituição social*, em último termo, uma *instituição política*, como o estado (David Miliband).

Milton Friedman veio a público condenar como *inimigos internos* “os homens de boas intenções e de boa vontade que desejam reformar a sociedade (...) e obter grandes transformações sociais” através de políticas públicas. E os monetaristas mais radicais apressaram-se a decretar a “morte de Keynes”, com o objetivo de enterrar simultaneamente o estado social de matriz keynesiana.

As políticas neoliberais assumiram sem disfarce o genes do capitalismo como a *civilização das desigualdades* e vieram acentuar a exploração dos trabalhadores, avolumando as ameaças do *fascismo de mercado*, de que falava Paul Samuelson, no início dos anos 1980, numa conferência que proferiu na cidade do México.

Na viragem dos anos 1980 para os anos 1990, e no rescaldo das dificuldades sentidas em todo o mundo capitalista na primeira metade da década de 1970, o *Consenso Keynesiano* foi posto de lado e a estratégia para tentar travar a perigosa *tendência para a baixa da taxa média de lucro* foi ‘codificada’ no chamado *Consenso de Washington*.

Inspirado no velho dogma liberal segundo o qual o desenvolvimento dos povos é um *fenómeno espontâneo* (Hayek) que só pode resultar do *livre funcionamento da economia* (capitalista), o novo catecismo monetarista e neoliberal (as *escolhas políticas*, o *programa político* do *Consenso de Washington*) pode sintetizar-se deste modo:

1) *liberdade absoluta de circulação de capitais* à escala mundial (a ‘mãe’ de todas as *liberdades do capital*); 2) supremacia do capital financeiro

sobre o capital produtivo, com o conseqüente agravamento da subordinação do poder político democrático ao poder económico-financeiro; **3)** ‘separação’ absoluta entre estado e economia, com a conseqüente privatização, por puros preconceitos ideológicos, de todo o setor público empresarial (a banca, os seguros e a generalidade das empresas públicas, mesmo as responsáveis pela produção e/ou distribuição de *serviços públicos* – até a água, que é a fonte da vida! – e as empresas estratégicas que são o suporte da soberania nacional), e a entrega da ‘função reguladora’ a *agências reguladoras independentes*; **4)** defesa da *plena liberdade de comércio* (sem barreiras alfandegárias ou quaisquer outros obstáculos à livre circulação de bens e serviços); **5)** desregulamentação completa de todos os mercados, em especial os mercados financeiros; **6)** proclamação do ‘dogma’ da *independência dos bancos centrais*, que se traduziu: *a)* na perda, por parte dos estados, do controlo do sistema financeiro (da emissão de moeda, do controlo das taxas de juro e das taxas de câmbio, com a conseqüente perda do controlo sobre o destino da poupança nacional); *b)* na ‘privatização’ dos próprios estados nacionais, que, como as famílias ou as empresas, estão inteiramente dependentes dos “mercados” para o seu próprio financiamento (para o financiamento das políticas públicas); *c)* na exposição das dívidas soberanas como alvo fácil dos jogos especulativos dos “mercados”, i. é, dos grandes operadores financeiros (os chamados *investidores institucionais* – bancos, seguradoras, fundos de investimento, fundos de pensões – a “sida da economia mundial”, como lhes chamou Jacques Chirac); **7)** asfixia do *estado social*, ataque às organizações sindicais, esvaziamento da contratação coletiva e ‘flexibilização’ da legislação laboral; **8)** rejeição de qualquer ideia de equidade e de quaisquer políticas de redistribuição do rendimento em favor dos titulares de rendimentos mais baixos; **9)** promoção de políticas de *arrocho salarial*, que promovem a baixa dos salários e dos direitos dos trabalhadores; **10)** combate prioritário à inflação (porque a inflação

inviabiliza o funcionamento do mecanismo dos preços e afeta a ‘racionalidade’ inerente aos mercados); **11)** desvalorização das políticas de promoção do emprego (a *estabilidade monetária* traz consigo o crescimento e o emprego, que só pode resultar da atuação *espontânea* das empresas privadas, ‘santificadas’, ‘adoradas’ e ‘protegidas’ com toda a espécie de benesses, porque elas são a fonte da prosperidade e do bem-estar dos povos); **12)** consagração do *princípio da banca universal*, a coberto do qual se ‘legalizaram’ as atividades puramente especulativas e de elevado risco levadas a cabo pelo sistema financeiro (potenciadas pela liberdade sem limites de criação de *produtos financeiros derivados*, que não são mais do que ‘fichas’ para *jogos de casino*); **13)** reconhecimento da ‘soberania plena’ dos paraísos fiscais como “estados mafiosos”; **14)** subordinação dos estados ao novo dogma do *equilíbrio orçamental*, que arrasta consigo a redução das despesas públicas, normalmente as despesas sociais; **15)** adoção de políticas tributárias favoráveis aos muito ricos e aos rendimentos do capital (porque só assim se garante o investimento, como se este não dependesse das expectativas de lucro e estas não dependessem do poder de compra da grande massa da população).

O neoliberalismo consolidou-se como ideologia dominante. E o neoliberalismo não é o produto inventado por uns quantos ‘filósofos’ que não têm mais nada em que pensar. O neoliberalismo não existe fora do capitalismo; o neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, depois de limpar os cremes das máscaras que foi construindo para se disfarçar; o neoliberalismo é a expressão ideológica da hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, que alimenta a *ditadura do grande capital financeiro* que caracteriza este nosso tempo.

9. – Só um *poder político forte* poderia ter operado esta ‘revolução silenciosa’.

As armas de destruição maciça de que falou Warren Buffet não são o *resultado incontornável* do desenvolvimento científico e tecnológico. Elas foram inventadas e produzidas, consciente e sistematicamente, pelo sistema financeiro, com o apoio ativo dos estados nacionais e das organizações internacionais que detêm o poder político. Estes mesmos centros do poder político impuseram o *livrecambismo fundamentalista* da OMC e desenharam as *políticas de globalização neoliberal*, que ignoraram o *compromisso keynesiano*, substituído pelo *diktat* plasmado no *Consenso de Washington*.

Este ‘consenso’ começou por ser ‘recomendado’ pelo capital financeiro internacional e pelas estruturas ao seu serviço (G7, FMI, Banco Mundial, OMC...) aos ‘países em desenvolvimento’, não para que estes desenvolvessem, mas para que permanecessem ‘subdesenvolvidos’ e ‘colonizados’. Mas tal ‘consenso’ rapidamente se generalizou a todo o ‘mundo civilizado’.

A aproximação da ‘Europa’ à ideologia neoliberal acentuou-se e acelerou-se com o Ato Único Europeu (1986), que criou o mercado interno único e preparou as condições que haveriam de conduzir à União Europeia e à criação da União Económica e Monetária (UEM) em Maastricht (1992). Estes são os momentos críticos da submissão da ‘Europa’ ao espírito do *Consenso de Washington*.

“Imaginemos, por um momento – escreve Joseph Stiglitz –, como seria o mundo caso houvesse livre mobilidade da força de trabalho, mas nenhuma mobilidade do capital.” E a sua resposta é esta: “Os países competiriam para atrair trabalhadores. Prometeriam boas escolas e um bom ambiente, assim como impostos altos sobre o capital.”

Mas o mundo globalizado em que vivemos não se apresenta deste jeito, antes é governado pelo *princípio da liberdade absoluta de circulação*

de capitais, num mercado único de capitais à escala universal: a “globalização assimétrica” fruto das políticas neoliberais – sublinha Stiglitz – corresponde aos interesses das grandes empresas que vivem de rendas, que “condicionam a máquina política”, conseguindo que os estados “definam as regras da globalização de forma a aumentar o seu poder negocial com os trabalhadores.”

É a política – insiste o Prémio Nobel americano – que “determina as regras do jogo económico”, porque “os mercados são modelados pela política” e as “regras do jogo político são moldadas pelos 1% do topo.” As próprias eleições foram transformadas em ‘negócio eleitoral’, substituindo o princípio democrático “uma pessoa, um voto” pelo princípio plutocrático “um dólar, um voto”. “A globalização – conclui Stiglitz –, tal como tem sido defendida, parece frequentemente substituir as antigas ditaduras das elites nacionais por novas ditaduras das finanças internacionais.”

Nestas condições, não poderíamos esperar outro resultado que não este, enunciado por Wolfgang Streeck: “o aumento constante da desigualdade de rendimento e de património (...) como a expressão mais visível do sucesso retumbante da revolução neoliberal.” E todos sabemos que “a concentração extrema do rendimento é incompatível com a democracia real.” Esta a lição de Amartya Sen, que Paul Krugman recordou, em finais de 2011.

As políticas próprias da chamada *revolução conservadora* (intitulada *revolução* para se invocar uma ‘legitimidade revolucionária’ que autoriza a atuação contra a lei e contra a Constituição) têm como pressuposto esta “assimetria fundamental” de que fala Streeck: “as reivindicações de remuneração do ‘capital’ são consideradas condições empíricas de funcionamento de todo o sistema, enquanto as correspondentes reivindicações do ‘trabalho’ são consideradas fatores de perturbação.”

As sociedades que assentam em tais pressupostos não podem considerar-se sociedades democráticas: elas conduzem, necessariamente, a situações caracterizadas pela “assimetria entre poder e legitimidade. Um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados, um pequeno poder e uma elevada legitimidade do lado daqueles que protestam.” É este o diagnóstico de Ulrich Beck, sendo óbvio que não pode falar-se de democracia quando falta legitimidade democrática aos titulares do poder político (“o capital e os estados”) e quando falta poder ao povo. Porque a democracia não é outra coisa senão o poder do povo.

Estas são, como observa Federico Mayor Zaragoza, as consequências das políticas neoliberais prosseguidas por todos aqueles que, em certo momento histórico, aceitaram praticar um verdadeiro “golpe de mercado”, ao aceitarem “substituir os princípios democráticos pelas leis do mercado.” (<http://www.other-news.info/noticias/>, dez/2012)

10. – Dizem-nos que *a globalização* é o mesmo que negar que o sol nasce todos os dias, porque *a globalização* é um fenómeno *incontornável* da nossa existência, consequência *necessária* e *inevitável* do desenvolvimento científico e tecnológico.

Este é, a meu ver, um perigoso discurso ideológico, que esconde a realidade porque não tem interesse em analisá-la criticamente. Para mim, é claro que a revolução científica e tecnológica não pode ser confundida com a globalização nem pode ver-se nesta o resultado inevitável daquela.

Nos primeiros tempos da revolução industrial os operários viram nas máquinas o seu ‘inimigo’ e por isso as destruíram e sabotaram. Cedo compreenderam, porém, que o seu inimigo de classe nunca poderiam ser as máquinas, mas uma outra classe social. Seria imperdoável que cometêssemos hoje o mesmo erro, considerando que a origem dos nossos males está no progresso da ciência e na inovação tecnológica. *A globalização*

neoliberal é o resultado de *opções políticas*, e as *políticas neoliberais* não podem ser consideradas uma *consequência inevitável* da revolução científica e tecnológica. Do mesmo modo que o lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagасаqui ou a guerra química praticada pelas forças americanas no Vietnã foram o resultado de *opções políticas*, não a *consequência inevitável* do desenvolvimento da Física Nuclear e da Química.

O que está mal na globalização atual não é, pois, o desenvolvimento científico que torna possíveis alguns dos instrumentos da ‘política neoliberal globalizadora’, mas o *neoliberalismo* que a alimenta, a estrutura dos poderes em que ela se apoia, os interesses que serve, cada vez mais os interesses da pequena elite do grande capital financeiro-especulador. A crítica da *globalização neoliberal* não pode, pois, confundir-se com a defesa do regresso a um qualquer ‘paraíso perdido’, negador da ciência e do progresso.

O que aflige o mundo são as *políticas de globalização neoliberal*, *políticas* ao serviço de um *projeto político*, concebido e levado a cabo de forma consciente e sistemática por todas as instâncias do poder político, e apoiado, com nunca antes na História, pelo poderoso arsenal dos aparelhos produtores e difusores do *pensamento único dominante*.

Sendo a globalização neoliberal um *projeto político*, os seus adversários, empenhados em evitar uma nova era de barbárie, têm de ser capazes de pôr de pé um *projeto político alternativo*, que faça prevalecer a política sobre as pretensas ‘leis naturais’ do mercado, um projeto que assente na confiança no Homem e nas suas capacidades, um projeto inspirado em valores e empenhado em objetivos que “os mercados” não reconhecem nem são capazes de prosseguir, um projeto que rejeite a lógica determinista que nos quer impor, como inevitáveis, *sem alternativa possível*, as *políticas de globalização neoliberal*, uma das marcas incontornáveis desta *civilização fim-da-história*.

10. – A crise que vem fustigando o mundo capitalista desde 2007/2008 deu novo impulso às *políticas de globalização neoliberal*, mas estas políticas têm agravado a crise para além dos limites toleráveis. A Europa é um bom exemplo disto mesmo.

Documentos aprovados no Parlamento Europeu (o *Relatório Podimata*, v.g.) e declarações várias de Comissários Europeus não escondem a responsabilidade dos grandes bancos no desencadear da crise e no seu aprofundamento. Quando vieram a público verdadeiros crimes contra o deus-mercado (falsificação, durante anos, das taxas *Libor* e *Euribor*), altos responsáveis da UE falaram de “comportamento escandaloso” e de “atividades criminosas” do setor bancário, falaram de “banksters” e de “dinheiro organizado”, recordando talvez o aviso de Roosevelt (que ninguém levou a sério...), segundo o qual é mais perigoso permitir o domínio da política pelo “dinheiro organizado” do que confiar o governo do mundo ao “crime organizado”.

Depois da falência do *Lehman Brothers*, a Administração de G. W. Bush ‘decretou’ que os bancos não podem falir. E a ‘Europa’ seguiu o exemplo do *Big Brother*. Confirmava-se a época do *capitalismo sem risco* (as Parcerias Público-Privadas) e *sem falências* (ao menos para os bancos *too big to fail*), anunciando o *capitalismo do crime sistémico*, porque, na síntese feliz de *The Economist* (15.12.2012), os bancos não são apenas *too big to fail*, são também *too big to jail*.

Em outubro/2008, até Sarkozy veio a público proclamar a necessidade de “uma refundação global do capitalismo”, porque “a ideologia da ditadura dos mercados morreu com a crise.” Outros disseram: “o neoliberalismo morreu.” Em 2009 Joseph Stiglitz diagnosticava que “este sucedâneo de capitalismo, no qual se socializam as perdas e privatizam os lucros, está condenado ao fracasso.”

A verdade é que o neoliberalismo perdeu toda a credibilidade no plano teórico. E, no contexto europeu, muitos autores têm mostrado que as políticas neoliberais são contrárias às Constituições de vários-membros e a tratados internacionais a que estes e a UE se encontram vinculados, nomeadamente a Convenção relativa à OIT e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa manifestou, em resolução, a sua preocupação pelo facto de as políticas de austeridade estarem a afetar negativamente a democracia e os direitos sociais dos países condenados a pô-las em prática.

O Comité Europeu dos Direitos Sociais do Conselho da Europa considerou contrários à Carta Social Europeia as políticas adotadas em matéria de despedimentos, do direito à remuneração e do direito à segurança social.

A OIT denunciou graves violações no domínio da contratação coletiva.

O próprio TJUE alertou para o facto de algumas medidas dessas políticas escaparem ao controlo parlamentar e ao controlo judiciário, não admitindo sequer recurso para o TJUE.

Até o Parlamento Europeu reconheceu que a atuação das *troikas* escapou a qualquer controlo sério pelos parlamentos nacionais e pelo Parlamento Europeu e que muitas das decisões da Comissão Europeia no âmbito dos ‘memorandos de entendimento’ foram tomadas em contradição com as suas obrigações enquanto guardião dos Tratados.

Mas o neoliberalismo continua a ser o guia das políticas europeias. Em 2012, um jornal inglês escrevia que “a mania da austeridade de Ângela Merkel está a destruir a Europa.” Em 2014, Philippe Legrain (Professor de Economia e ex-assessor do Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso), com a autoridade de quem viveu as coisas por dentro, veio a público dizer que as *políticas de austeridade punitiva* foram impostas pelo “poder político dos

bancos franceses e alemães”, no quadro de “uma relação quase corrupta entre bancos e políticos”, que leva “os Governos a identificar os bancos como campeões nacionais a proteger, (...), colocando os interesses dos bancos à frente dos interesses dos cidadãos.”

Paul Krugman não hesitou em defender que as políticas neoliberais “exigem *sacrifícios humanos* em honra de deuses invisíveis.”

E Ulrich Beck alertou: tais políticas “salvam bancos com quantias de dinheiro inimagináveis, mas desperdiçam o futuro das gerações jovens”. Talvez por isso, “os governantes votam a favor da austeridade, as populações votam contra”.

Nesta ‘Europa’ dividida em *países credores* e *países devedores* (uma ‘Europa’ em que a igualdade entre os estados-membros, a solidariedade e a coesão social são letra morta), os *países devedores* – sublinha Beck – constituem “a nova classe baixa da UE” e “têm de aceitar as perdas de soberania e as ofensas à sua dignidade nacional”, condenados a este dilema: na melhor das hipóteses, *federalismo*; na pior das hipóteses, *neocolonialismo*. Venha o diabo e escolha, digo eu.

Em 2015 um grupo de economistas e universitários de todo o mundo (entre os quais James Galbraith, Stephany Griffith Jones e Jacques Sapir) caracterizaram esta política como “uma política de ameaça, de ultimato, de obstinação e de chantagem”, que “significa, aos olhos de todos, um fracasso moral, político e económico do projeto europeu.” Neste mesmo ano, Jean-Claude Juncker confessou publicamente que as políticas de *austeridade regeneradora* são políticas que “pecam contra a dignidade dos povos.” Mas não passou da confissão: sem sinais de arrependimento, continuou a defender e a praticar estas mesmas políticas.

Parece que todos estaremos de acordo com o Professor americano James Galbraith quando escreveu que “os estados não podem permitir-se perder o combate que os opõe aos mercados financeiros: a sobrevivência de

um sistema mais ou menos civilizado depende disso.” Mas Joshcka Fisher (ex-dirigentes de *Os Verdes* e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de um Governo alemão liderado pelo SPD) veio dizer-nos que “ninguém pode fazer política contra os mercados”, convidando-nos a abdicar da cidadania e da democracia, deixando o campo livre à *ditadura do grande capital financeiro*. Parafraçando um poeta português, direi que *não vou por aí*.

11. – Em 1953, dirigindo-se a jovens universitários alemães, Thomas Mann deixou-lhes este apelo: façam uma *Alemanha europeia*, rejeitem a ideia de uma *Europa alemã*. Este apelo foi recordado, recorrentemente, logo após a ‘reunificação’ da Alemanha.

Hoje, creio eu, não faltam razões para temer que ele se tenha esfumado: é notório que a ‘Europa’ se tornou uma *Europa alemã*, ‘governada’ pela *Alemanha alemã*. Em novembro/2011, o secretário-geral do partido da Sr^a Merkel proclamou, no Congresso do seu partido: “Agora na Europa fala-se alemão”. A crise do euro – sublinha Ulrich Beck – levou à emergência da *Europa alemã*: “A Europa tornou-se alemã”.

O pautado Jean-Claude Juncker já em 2012 se queixava de que a Alemanha “trata a zona euro como se fosse uma sua filial.”

Mas são autores alemães os que vêm revelando maior preocupação quanto às ameaças da *Europa alemã*.

Habermas alerta: a Alemanha está a perder “a consciência de uma herança histórico-moral comprometedora” que, durante alguns anos após a 2^a Guerra Mundial, ditou uma atitude de “moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspetivas dos outros.”

Wolfgang Streeck, por sua vez, caracteriza a *Europa alemã* como uma “catástrofe política e económica”, uma ‘Europa’ que “viola as condições fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver.”

Mais longe vai Joschka Fischer, há pouco citado: “A Alemanha destruiu-se – a si e à ordem europeia – duas vezes no século XX. (...) Seria ao mesmo tempo trágico e irónico que uma Alemanha restaurada (...) trouxesse a ruína da ordem europeia pela terceira vez.”

Apetece fugir. Mas não é tolerável que o façamos. A *Europa de Vichy* deveria ter em conta estas advertências, abandonar o colaboracionismo e passar à resistência. A História não se reescreve, mas também não se apaga. Não tenho tanta certeza de que não se repita. Mas sei (sabemos todos) que, quando se repete, é sob a forma de farsa ou sob a forma de tragédia. Por isso, se queremos evitar a tragédia, se queremos evitar o regresso da barbárie, é essencial que preservemos a memória.

É fundamental que os povos saibam tirar todas as consequências das lições da História, assumindo cada um a sua História por inteiro, com as suas grandezas e as suas misérias. Não podemos ignorar o que todos sabemos: a 1ª Guerra Mundial não ocorreu porque um nacionalista sérvio matou um arquiduque numa rua de Sarajevo; o nazi-fascismo não se confunde com a personalidade psicopática e com as ideias criminosas de Adolf Hitler.

É fundamental também perceber que os perigos associados às políticas neoliberais dos nossos dias não se confundem com a “mania da austeridade” da Srª Merkl e entender que os nossos problemas não se resolvem diabolizando a Srª Merkel ou pondo bigodes à Hitler nos seus retratos.

12. – Pouco depois da aprovação do *Tratado Orçamental* (março/2012), o então Primeiro-Ministro britânico David Cameron afirmou que ele traduz o propósito de *tornar ilegal o keynesianismo*.

Creio, porém, que é necessário ir mais longe. Este Tratado (“um modelo político de marca alemã”, como sublinha Habermas) corre o risco de se traduzir numa verdadeira *ilegalização da democracia*, configurando um perigoso “golpe de estado europeu” (Raoul-Mark Jennar). Este *império das*

regras levou um dos ministros de François Hollande (Benoît Hamon) a reconhecer (abril/2013) que “uma política de esquerda ou de direita apenas doseia de forma diferente os mesmos ingredientes.”

Num ensaio luminoso de 1943, Michael Kalecki já ensinava que “a função social da doutrina das *finanças sãs* é a de tornar o nível do emprego dependente do *nível de confiança*”, ou seja, é a de privar o estado dos meios financeiros que lhe permitam adotar políticas ativas de combate ao desemprego e, sobretudo, políticas de promoção do crescimento e do emprego. E Joseph Stiglitz recordava há tempos o que todos já sabíamos: “Durante sessenta anos, nenhum economista respeitável admitiu que uma economia que se encaminha para uma recessão deve ter um orçamento equilibrado”, certamente porque, “praticamente, não há exemplos de países que tenham recuperado de uma crise através da austeridade.”

Ora o *Tratado Orçamental* veio transformar em *normas jurídicas de tipo constitucional a regra de ouro das finanças sãs* e outras ‘regras’ impostas pelos Tratados estruturantes da UE (as regras que Romano Prodi, falando como Presidente da Comissão Europeia, classificou de “estúpidas” e “medievais”).

Todos sabemos, porém, que estas *regras alemãs* não passam de pontos de vista doutrinários sobre matérias de política económica: são a síntese das *opções políticas* que têm servido de base à *política de globalização neoliberal*; são as *regras do jogo* ‘codificadas’ na *Consenso de Washington* e impostas à economia real e aos cidadãos pelo grande capital financeiro e pelo poder político ao seu serviço.

Tendo em conta estas *regras alemãs*, Habermas sublinha, com inteira razão, que as normas do *Tratado Orçamental* “afetam competências fundamentais dos estados-membros e dos seus Parlamentos”, deixando a suspeita de “os governos nacionais serem apenas atores no palco europeu” e

de os parlamentos nacionais “se limitarem a aprovar obedientemente (...) as decisões prévias tomadas noutra lugar.”

No plano político, Felipe González partilha connosco esta mesma preocupação (jan/2013): “Os cidadãos pensam, com razão, que os governantes obedecem a interesses diferentes, impostos por poderes estranhos e superiores, a que chamamos mercados financeiros e/ou Europa. É perigoso, pois tem algo de verdade indiscutível.”

Estas *regras alemãs* (uma espécie de *constituição das constituições*) são *normas-travão* que visam instaurar uma *política de austeridade perpétua*, garantindo que os eleitos para cargos políticos (nos parlamentos ou nos governos) não tenham a veleidade de pretender honrar o mandato popular que receberam dos seus eleitores, prosseguindo políticas que não respeitem as *regras do jogo*. Concluo com Habermas: o *Tratado Orçamental* (e o seu *império das regras*, que a crise do euro agravou) “tirou definitivamente a legitimidade à Europa neoliberal” e veio “corroer qualquer credibilidade democrática” do processo de integração europeia.

13. – A ‘literatura dominante’ tem procurado fazer passar a ideia de que o neoliberalismo é um sistema libertário, que dispensa o estado. Ora eu penso – já o disse atrás – que o neoliberalismo é o capitalismo na sua essência, e o capitalismo não pode dispensar a atuação do *estado capitalista*.

A verdade é que o liberalismo económico funcionou nas condições históricas dos séculos XVIII e XIX, consideravelmente diferentes das atuais. A ‘solução’ liberal de impor aos trabalhadores o ónus de ‘pagar a crise’ (desemprego em massa e salários baixos e decrescentes, até que fosse atrativo contratar mais trabalhadores) só funcionou porque o capitalismo era então, sem disfarces, “um sistema em que os que não podiam trabalhar também não podiam comer” (Samuelson/Nordhaus). E os que não tinham o

que comer morriam, como era ‘natural’ e ‘justo’, segundo as *leis naturais* do mercado...

Mas o mundo mudou: a revolução científica e tecnológica e a concentração capitalista transformaram as estruturas produtivas e trouxeram enormes ganhos de produtividade; os trabalhadores reforçaram a sua consciência de classe e ganharam força no plano sindical e no plano político; a generalização do sufrágio universal impediu que os governos continuassem a ignorar impunemente os sacrifícios (e os sacrificados) das crises cíclicas da economia capitalista, qualquer que fosse a sua duração e intensidade. À medida que os trabalhadores foram conquistando o direito ao sufrágio universal e a generalidade dos direitos civis e políticos, o *laissez-faire* começou a experimentar dificuldades crescentes, que culminaram com a *Grande Depressão* dos anos 1929-1933 e o risco de um colapso iminente do próprio capitalismo.

Num tempo em que os protagonistas quase exclusivos são os grandes conglomerados transnacionais, não faz qualquer sentido interpretar a globalização como um regresso aos tempos do ‘capitalismo de concorrência’, agora projetado à escala mundial. E o neoliberalismo não pode confundir-se com o regresso ao *laissez-faire* e aos mercados livres, que se diz dispensarem a ‘intervenção’ do estado na economia. Pessoalmente, acompanho István Mészáros quando defende que o estado nacional continua a ser “a estrutura abrangente de comando da ordem estabelecida” e “o árbitro último da tomada de decisão sócio-económica e política abrangente, bem como o garantidor real dos riscos assumidos por todos os empreendimentos económicos transnacionais.”

Noutra perspetiva, o estado nacional continua a ser a matriz da liberdade e da cidadania e continua a ser o único espaço em que trabalhadores podem, no âmbito do *estado de direito democrático*, promover a sua

organização e desenvolver as suas lutas, pela defesa dos seus direitos e pela transformação do mundo.

Um dia destes o estado nacional talvez venha a público anunciar que a notícia da sua morte terá sido um tanto exagerada...

14. – Nos anos 1950, Raúl Prebisch (o argentino que foi o primeiro Presidente da CEPAL) compreendeu que, no contexto da América Latina, o liberalismo (imposto pelo FMI aos países com dificuldades financeiras – as famosas *pílulas do Dr. Jacobson*) só poderia ser levado à prática *manu militari* (pela força das armas).

Em 1994, num livro em que analisa a experiência do *thatcherismo*, Andrew Gamble conclui que “a doutrina-chave da Nova Direita e do projeto político que ela inspirou é a economia livre e o estado forte”, capaz de “restaurar a autoridade a todos os níveis da sociedade” e dar combate aos *inimigos externos* (“enemies without”) e aos *inimigos internos* (“enemies within”).

E, na verdade, só um “estado forte” (incompatível com um estado democrático) poderia ter levado à prática as *políticas neoliberais* inspiradas no *Consenso de Washington*, com o objetivo de transferir para o capital os ganhos da produtividade, políticas cuja *violência* se tem traduzido: na ‘guerra’ contra os sindicatos (“os opressivos monopólios do trabalho” de que falam os neoliberais); na desregulamentação das relações laborais; no esvaziamento da *contratação coletiva* (que mostrou ser, como a OIT evidenciou, um instrumento de redistribuição do rendimento em sentido favorável aos trabalhadores mais eficaz do que as políticas de redistribuição de inspiração keynesiana); no ‘confisco’ dos direitos económicos, sociais e culturais dos trabalhadores (que muitas constituições consagram como *direitos fundamentais dos trabalhadores*), enfim, no desmantelamento do estado social.

Wolfgang Streeck recorda-nos isto mesmo: “já ficou várias vezes demonstrado que o neoliberalismo necessita de um *estado forte* que consiga travar as exigências sociais e, em especial, sindicais de interferência no livre jogo das forças do mercado.”

O objetivo deste *estado forte* é o de conseguir “a consagração de um primado duradouro do mercado sobre a política”, (...) “eliminando a tensão entre capitalismo e democracia”, nomeadamente com base em «‘reformas’ das instituições político-económicas, através da transição para uma política económica baseada num conjunto de *regras*, para *bancos centrais independentes* e para uma *política orçamental imune aos resultados eleitorais*; através da transferência das decisões político-económicas para *autoridades reguladoras* e para *grupos de ‘peritos’*, assim como dos *travões ao endividamento* consagrados nas constituições, aos quais os estados e as suas políticas se devem vincular juridicamente durante décadas, se não *para sempre*.»

O sociólogo alemão sublinha que o *primado duradouro do mercado sobre a política* passa ainda por outros caminhos: “os estados do capitalismo avançado devem ser reestruturados de forma a merecerem duradouramente a confiança dos detentores e dos gestores do capital, garantindo, de forma credível, através de programas políticos consagrados institucionalmente, que não irão intervir na ‘economia’ – ou, caso intervenham, que só irão fazê-lo para impor e defender a *justiça de mercado* na forma de uma remuneração adequada dos investimentos de capitais. Para tal – conclui o autor –, é necessário *neutralizar a democracia*, entendida no sentido da *democracia social* do capitalismo democrático do período pós-guerra, assim como levar por diante e concluir a liberalização no sentido da *liberalização hayekiana*, isto é, como *imunização do capitalismo contra intervenções da democracia de massas*.”

Streeck analisa o processo em curso de *esvaziamento da democracia*, caracterizando-o como “uma imunização do mercado a correções democráticas”, e sublinhando que esta imunização pode ser levada a cabo “através da abolição da democracia segundo o modelo chileno dos anos 1970” [opção que entende não estar disponível atualmente], ou então “através de uma reeducação neoliberal dos cidadãos” [promovida pelo que designa “relações públicas capitalistas”, as grandes centrais de produção e difusão da ideologia neoliberal].

Tem razão Wolfgang Streeck: “o neoliberalismo não é compatível com um *estado democrático*, se entendermos por democracia um regime que intervém, em nome dos seus cidadãos e através do poder público, na distribuição dos bens económicos resultantes do funcionamento do mercado.”

Mas as suas reflexões obrigam-nos a levar a sério um outro ponto: as soluções ‘brandas’ que vêm sendo adotadas, apesar de ‘musculadas’ e até violentas, só serão prosseguidas se “o modelo chileno dos anos 1970” não ficar disponível para o grande capital financeiro. Se as condições o permitirem (ou o impuserem...), o estado capitalista pode vestir-se e armar-se de novo como *estado fascista*, sem máscaras, deixando para trás o “fascismo amigável” de que falava Bertram Gross em 1981.

A crise que aflige a Europa é também, perigosamente, uma *crise da democracia*. Está-se a construir um novo *Leviathan*, uma forma de “poder político que já não se separa do poder económico e, sobretudo, do poder financeiro” (Étienne Balibar), que reduz a política à mera *aplicação mecânica de regras iguais para todos* (ignorando que a UE é constituída por países com situações e com histórias completamente diferentes), regras que são, por isso mesmo, a *negação da política* (e da *liberdade de decisão* que ela pressupõe, com a correspondente *responsabilidade*), a *negação da cidadania* e a *morte da democracia*.

15. – Vivemos num tempo de profundas contradições (tempo de grande esperança e de grande desespero). A vida mostra que o homem não deixou de ser o lobo do homem. Mas as revoluções burguesas provocaram um enorme desenvolvimento das forças produtivas, e, acima de tudo, um extraordinário desenvolvimento do próprio homem, enquanto produtor e titular de ciência, de tecnologia, de informação, de conhecimento. Este desenvolvimento das capacidades produtivas tem libertado o homem trabalhador do seu fardo milenar de ser *besta de carga*; tem proporcionado ao homem trabalhador condições de trabalho mais dignas; tem permitido significativa redução da jornada de trabalho.

A revolução científica e tecnológica das últimas décadas aumentou a produtividade do trabalho para níveis até há pouco insuspeitados. Todos concordaremos com Amartya Sen quando defende que o facto de haver pessoas que passam fome – e que morrem de fome... – só pode explicar-se pela *falta de direitos* e não pela *falta de bens*. O problema fundamental que se nos coloca não é, pois, o da *escassez* (que a teoria marginalista considera um dado fundamental e incontornável da vida), mas o da *organização da sociedade*.

Comentando este ponto de vista de Sen, pergunta Ralf Dahrendorf: “Porque é que os homens, quando está em jogo a sua sobrevivência, não tomam simplesmente para si aquilo em que supostamente não devem tocar mas que está ao seu alcance? Como é que o *direito* e a *ordem* podem ser mais fortes que o *ser* ou *não ser*?” Recorro a Amartya Sen para dizer que a resposta está na *falta de direitos*. Ou na *falta de poder*. O problema decisivo é este, não o *problema da escassez*.

Ao equacionar esta problemática, é natural esta outra pergunta de Dahrendorf: “o que seria preciso para *modificar as estruturas de direitos*, de

modo a que mais ninguém tivesse fome?” Esta é uma pergunta que a ciência económica dominante não faz, porque não se consente analisar as consequências de uma mudança de ordem social. Mas a própria pergunta contém a resposta: é necessário *modificar as estruturas de direitos* (i. é, as *estruturas do poder*), sendo certo que também o *poder*, as *relações de poder* e as *estruturas do poder* estão fora da análise da *mainstream economics*.

Os ganhos de produtividade resultantes da revolução científica e tecnológica verificada nos dois últimos séculos permitem que a Humanidade produza mais do que o necessário para satisfazer condignamente as necessidades de todos e que haja mais tempo para as atividades libertadoras do homem, em vez de o afetar a *produzir cada vez mais bens para ganhar cada vez mais dinheiro para comprar cada vez mais bens*. Por isso, a ciência económica não pode continuar a adiar a busca de um *outro padrão de racionalidade*. A ciência económica tem de assumir-se de novo como *economia política*, como um *ramo da filosofia social*: “a economia contemporânea tem mais necessidade de filósofos do que de econométristas.” (Ch. Stoffaës)

16. – Apesar da ‘ditadura global’ que caracteriza este tempo de *pensamento único*, a revista *The Economist* escrevia, já em setembro/2000: “Os que protestam contra a globalização têm razão quando dizem que a questão moral, política e económica mais urgente do nosso tempo é a pobreza do Terceiro Mundo. E têm razão quando dizem que a onda de globalização, por muito potentes que sejam os seus motores, pode ser travada. É o facto de ambas as coisas serem verdadeiras que torna os que protestam contra a globalização tão terrivelmente perigosos.”

Num momento de lucidez, um dos faróis do neoliberalismo veio dizer o que nós já sabíamos: os *motores da globalização neoliberal* podem ser parados ou mesmo postos a andar em marcha atrás; a *inevitabilidade* da

globalização neoliberal é um mito; a tese de que *não há alternativa* é um embuste.

Acresce que, perante as contradições desencadeadas pela própria globalização neoliberal, vai ficando cada vez mais evidente que *a globalização*, saudada pelos defensores do sistema como a solução para os seus problemas, “aciona forças que colocam em relevo não somente a incontornabilidade do sistema por qualquer processo racional, mas também, e ao mesmo tempo, a sua própria incapacidade de cumprir as funções de controlo que se definem como sua condição de existência e legitimidade.” (I. Mészáros)

Com Eric Hobsbawm, creio que há sinais de que “o nosso mundo corre o risco de explosão e de implosão”; que “há sinais, tanto externamente como internamente, de que chegámos a um ponto de crise histórica”; que há sinais de que o mundo “tem de mudar.” E, como o grande historiador inglês, penso que “o futuro não pode ser uma continuação do passado.”

Acredito que podemos construir um mundo de cooperação e de solidariedade, um mundo capaz de responder satisfatoriamente às necessidades fundamentais de todos os habitantes do planeta. Por isso insisto: este é também um tempo de esperança.

Este *capitalismo do crime sistémico* é insustentável, acentuando a urgência das tarefas de quantos não desertam do desafio de *transformar o mundo*. Como cidadãos, todos somos responsáveis. Mas, no que se refere ao *trabalho teórico* (que nos ajuda a compreender a realidade para melhor intervir sobre ela), como no que respeita à *luta ideológica* (que nos ajuda a combater os interesses estabelecidos e as ideias feitas e é, hoje mais do que nunca, um fator essencial da luta política e das lutas sociais), cabe aos universitários e aos universitários-juristas uma responsabilidade ainda maior.

Sabemos que as mudanças necessárias não acontecem só porque nós acreditamos que é possível um mundo melhor: o voluntarismo e as boas intenções nunca foram o ‘motor da história’. Mas a consciência disto mesmo não tem que matar o nosso *direito à utopia* e o nosso *direito ao sonho*. Porque *a utopia ajuda a fazer o caminho* (Eduardo Galeano) e *o sonho comanda a vida* (António Gedeão).

Parafrazeando Fernando Pessoa, direi que *sonhar é preciso*. Mesmo em tempos difíceis. Principalmente em tempos difíceis, como nos diz o poeta, compositor e cantor brasileiro Chico Buarque, que, em tempos de ditadura, sonhava e cantava o seu “sonho impossível”, porque acreditava nele: “Lutar, quando é fácil ceder / (...) Negar, quando a regra é vender / (...) E o mundo vai ver uma flor / Brotar do impossível chão”.

Sobretudo, não esqueçamos nunca a lição de Antonio Machado:

*caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.*